

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2011/2022.

DESPACHO:

Tendo em vista o interesse da Administração desta Casa de Leis, manifestada pela vontade de seu Presidente, abra-se o competente processo administrativo e autuem-se as folhas respectivas.

Engº. Paulo de Frontin, 23 de agosto de 2022.

Julio Cesar da Silva Sereno
Presidente da Câmara Municipal

Julio Cesar da Silva Sereno
Presidente da CMEPF



Projeto de Lei nº 18/2021

Institui o auxílio alimentação a ser concedido aos servidores públicos da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, o auxílio alimentação mensal para os servidores efetivos e comissionados ativos.

Art. 2º - O auxílio alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, será concedido em pecúnia e creditado em folha de pagamento no mês da competência, iniciando-se a partir de 01 de setembro de 2022, até 31 de dezembro de 2022.

§ 1º - O benefício de que trata o artigo poderá ser prorrogado por outros períodos, através de ato administrativo próprio do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - Ocorrendo a prorrogação prevista no parágrafo anterior, seu valor será corrigido, anualmente, pela variação do INPC/IBGE, desde que haja previsão orçamentário-financeira, de forma a manter seu poder aquisitivo.

Art. 3º - Não terá direito ao recebimento do auxílio alimentação de que trata esta lei, o servidor que:

I – No correspondente período aquisitivo:

a) tiver falta (não justificada e não abonada);

b) tiver atrasos (não justificados e não abonados em seu registro de frequência).

II – Nos três meses anteriores ao de referência, tiver sofrido qualquer penalidade disciplinar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

III – Estiver prestando serviço em outro órgão, instituição ou entidade mediante cessão ou permuta, desde que sem ônus para a origem.

Parágrafo Único - O servidor não terá direito ao auxílio alimentação de que trata esta lei no período em que estiver de licença.

Art. 4º - O auxílio de que trata o presente dispositivo:

I – Não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

II – Não será configurado como rendimento tributável e nem constitui base para incidência de contribuição previdenciária;

III – Não é considerado para efeito de gratificação de Natal.

Art. 5º - O auxílio alimentação não será acumulável com outros da mesma espécie ou semelhante, originária de qualquer forma de auxílio ou benefício para alimentação do servidor.

Parágrafo Único - O valor do auxílio será de R\$ 300,00 (trezentos reais), no período mencionado no art. 2º e não será cumulativo.

Art. 6º - O benefício instituído pela presente matéria será financiado com recursos provenientes de dotação orçamentária própria do orçamento vigente da Câmara Municipal, suplementadas se necessário, tudo em consonância com a legislação pertinente à espécie.



Art. 7º - Fica revogada a Resolução nº 02, de 30 de setembro de 2014.

Art. 8º - Por último, autoriza-se o Chefe do Poder Legislativo Municipal a regulamentar, por decreto legislativo, o presente dispositivo, no caso de julgar necessário e conveniente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, 23 de agosto de 2022.

Julio Cesar da Silva Sereno
Presidente da Câmara Municipal

Julio Cesar da Silva Sereno
Presidente da CMEPF



Engº. Paulo de Frontin, 23 de agosto de 2022.

EXPOSICAO DE MOTIVOS

Senhores Edis,

Dirigimo-nos a este Legislativo, solicitando que os senhores vereadores analisem e procedam à aprovação do projeto em apreço, **em regime de urgência especial, se necessário.**

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza a Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin, a conceder Auxílio-Alimentação aos seus servidores, implementando alteração na Resolução nº 02/2014, ainda em vigência, com efeito de se reduzir os gastos com a terceirização dos cartões previstos por aquela.

Citado Projeto de Lei, se faz necessário, tendo em vista que a concessão do Auxílio-Alimentação irá de encontro a sistemática adotada pelo Executivo Federal que, para evitar todos os procedimentos burocráticos que cercam o fornecimento de cestas-básicas ou vales-refeições, adotaram o benefício em pecúnia com o mesmo caráter indenizatório para oferecer aos seus servidores a ajuda de custo.

Oportuno acrescentar que, o benefício em pecúnia otimiza a aquisição dos alimentos que o servidor necessitar, atende às peculiaridades de cada qual, ao contrário da cesta-básica, como também a metodologia adotada por este benefício dispensa a realização de licitação, sendo assim, evita vários custos e problemas advindos com a realização de Procedimento Licitatório e dispêndios com empresa terceirizada.

Enfim, trata-se de benefício semelhante ao concedido pela Resolução por este projeto modificada, porém fornecido de maneira diversa.

Assim pretendemos apresentar uma solução duradoura e mais prática, além de mais econômica para o erário.

Eram estes os motivos que havíamos a relatar aos demais Agentes Políticos deste Legislativo, colocando-nos a disposição para maiores esclarecimentos, que se fizerem necessários.

Por fim, o presente expediente legislativo atende às exigências trazidas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sem mais para o momento, ficamos no aguardo da necessária aprovação do projeto em apreço, aproveitando a oportunidade, para uma vez mais, remeter nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Engº Paulo de Frontin, 23 de agosto de 2022.

Julio Cesar da Silva Sereno
Presidente da Câmara Municipal

Julio Cesar da Silva Sereno
Presidente da CMEPF

PARECER:

CONSULTA:

Trata-se de consulta formulada a esta Procuradoria a respeito de projeto de Lei que dispõe sobre o “auxílio alimentação” em pecúnia (*in natura*).

FUNDAMENTAÇÃO:

Temos que o ato administrativo deve possuir características/requisitos tais como: competência; finalidade; forma; motivação; objeto e causa, antes de adentrarmos na seara dos princípios insertos no art. 37, CF/88, imanentes a todo atos administrativo (legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade e eficiência).

Vislumbramos a oportunidade de apontar que, consoante o previsto na Lei Orgânica deste Município, bem como no disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, que os requisitos supra foram respeitados, posto que a Autoridade competente foi a iniciadora do procedimento, assim como todos os ditames legais foram seguidos, tendo em vista o preceituado pela LRF (Lei Complementar nº 101/2000), assim como na Lei nº 4.320/64, bem como pelo disposto no PPA, na LDO e na LOA.

Exemplo da possibilidade de concessão de auxílio alimentação aos servidores é a Lei Federal nº 8.460/92, a qual em seu artigo 22 estatui:

“Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 1997).”

O Primeiro desses requisitos é a edição de normatização específica. Sobre o tema já se pronunciou o **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, o qual se manifestou da seguinte forma:

Prejulgado 1378 – TCE/SC

1. Diante da nova redação do inciso IV do art. 51 da Constituição Federal, conferida pela Emenda Constitucional nº 19/98, cabe ao Legislativo a iniciativa das leis que versem sobre a remuneração de cargos, empregos e funções de seus serviços. 2. Apesar de as vantagens pecuniárias decorrentes tanto do auxílio transporte, quanto do auxílio alimentação possuírem, em sentido estrito, caráter indenizatório, no que se refere, especificamente, à iniciativa de lei, de que trata o art. 37, X, da Carta Magna, tais verbas inserem-se no

207



conceito amplo de remuneração, da mesma forma que as diárias e as ajudas de custo, cabendo, portanto, ao Chefe do Legislativo municipal a iniciativa do respectivo processo legislativo. 3. As despesas com vale-alimentação (bilhete ou cartão magnético) e o auxílio-alimentação (pago em pecúnia) devem estar previstas no orçamento e contabilizadas na categoria econômica 3 – “despesas correntes”, no grupo de natureza 3 – “outras despesas correntes”, modalidade de aplicação 90 “aplicações diretas” e no elemento de despesa n. 46 “auxílio alimentação”, de acordo com as Portarias Conjuntas STN/SOF n. 4/2010 e 1/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, válidas para os exercícios de 2011 e 2012 respectivamente. (...) (grifou-se)

Os gastos públicos estão adstritos às previsões orçamentárias e às competentes autorizações de despesa, cf. a Lei nº 4320/64 (arts. 58, 59 e 60, dentre outros), devendo os gastos estar compatíveis e previamente estipulados no PPA (Plano Plurianual); na LDO (Lei Orçamentária Anual) e na LOA (Lei Orçamentária Anual), de acordo com as determinações da Lei nº 4.320/64 c/c L. C. nº 101/2000 (LRF, arts. 15, 16, 17 e 48 principalmente), que são aprovadas, aquelas, pelo Legislativo municipal e possuem caráter vinculativo, restringindo a atuação do Administrador, consoante a disposição do art. 165, I, II, III e Parágrafos 1º, 2º, 5º, I, 8º, da C.F./88, por simetria com as normas estipuladas pela Lei Orgânica deste Município, arts. 106/111.

Nesta toada, a concessão de “auxílio alimentação”, tem amparo legal.

Superando-se esta fase, temos que deverá haver o necessário estudo de impacto na folha de pagamento, com as projeções nos exercícios posteriores, consoante previsão da LRF, em se considerando a existência de previsão orçamentária para a assunção da referida despesa.

Evidenciamos a existência de termo de abertura; de razões expositivas; declaração de adequação orçamentário/financeira; além de devida autuação e numeração de fls.

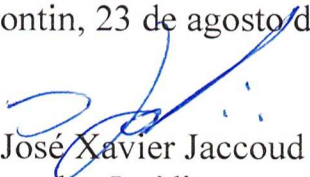
CONCLUSÃO:

Neste diapasão, era o que cabia informar, devendo-se encaminhar o presente ao órgão responsável pela análise orçamentário/financeira para os estudos necessários com espeque na L.C. nº 101/2000 e Lei nº 4.320/64, além de se atentar para as observações e alteração supra enunciadas, em respeito à técnica legislativa.

Dessarte, a Administração somente pode caminhar dentro das previsões das normas supra elencadas não podendo inovar, sob pena de improbidade administrativa e crime de responsabilidade por parte do Administrador Público.

É o parecer,
S.M.J.

Engº. Paulo de Frontin, 23 de agosto de 2022.


Maurício José Xavier Jaccoud
Procurador Jurídico
OAB/RJ nº 123.037

